

DEMONSTRAÇÕES
— FINANCEIRAS —
2 0 2 1

Copacol
Coopera
Sempre





COPACOL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL CONSOLATA

Rua Desembargador Munhoz de Melo, 176

Fone: (45) 3241-8080 - www.copacol.com.br



CopacolOficial



CopacolAgroOficial



Copacol



CopacolAgro

Valter Pitol

Diretor-presidente

James Fernando de Moraes

Diretor vice-presidente

Silvério Constantino

Diretor-secretário

Conselho de Administração:

Adelir João Dalmagro

Ailton José Cecato

Andrei Buss

Antônio Mauro Painelli

Cezar Célio Cerneck

Darci Mezzari

Genézio Clemente

Ítalo Rafael Sirico

João Alves Rodrigues

José Moraes da Silva Filho

Luiz Antônio Della Valentina

Pedro Avancini

Conselho Fiscal Efetivos:

Anderson Zuck

Elder Candido Gabriel

Osni Oenning

Conselho Fiscal Suplentes:

Adail Malagutti

Batista Torre

Célio Baldussi

ÍNDICE

04	<i>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS</i>
07	<i>BALANÇOS PATRIMONIAIS</i>
09	<i>DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS</i>
10	<i>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE</i>
11	<i>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</i>
12	<i>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO</i>
13	<i>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</i>
64	<i>PARECER DO CONSELHO FISCAL</i>



The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselheiros e Diretores da

COPACOL - Cooperativa Agroindustrial Consolata

Cafelândia - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Copacol - Cooperativa Agroindustrial Consolata (“Cooperativa” ou “Grupo”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras e perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Copacol - Cooperativa Agroindustrial Consolata em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Cooperativa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Grupo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 25 de janeiro de 2022.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Cristiano Aurélio Kruk
Contador CRC PR-054366/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	10	786.459	824.590	788.605	826.788
Aplicações financeiras	10	495.202	238.892	495.202	238.892
Contas a receber	11	911.417	629.870	911.563	629.775
Impostos a recuperar	12	22.384	33.910	22.716	34.132
Adiantamento a fornecedores		340.697	230.484	336.875	225.239
Instrumentos financeiros derivativos	36	91.547	169.260	91.547	169.260
Outros créditos a receber		99.202	65.637	99.438	65.974
Estoques	13	1.830.706	1.074.547	1.830.706	1.074.562
Ativo biológico	14	295.916	246.867	295.916	246.867
Total do ativo circulante		4.873.530	3.514.057	4.872.568	3.511.489
Contas a receber	11	17.265	16.294	17.265	16.294
Outros créditos a receber		39	371	41	379
Impostos a recuperar	12	150.099	98.042	150.489	98.288
Depósitos judiciais		-	3.767	-	3.767
Investimentos	15	146.388	204.363	138.752	134.511
Propriedades para investimento		-	-	-	29.343
Imobilizado	16	1.806.833	1.541.544	1.814.219	1.555.880
Ativo biológico	14	220.336	170.022	220.336	170.022
Direito de uso	35	508.484	76.626	508.484	76.626
Intangível	17	32.932	2.326	40.197	37.668
Total do ativo não circulante		2.882.376	2.113.355	2.889.783	2.122.778
Total do ativo		7.755.906	5.627.412	7.762.351	5.634.267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Débito com cooperados e não cooperados	18	1.102.918	647.347	1.102.918	647.347
Fornecedores	19	515.123	417.546	516.514	418.658
Empréstimos e financiamentos	20	2.170.313	1.478.380	2.170.396	1.478.505
Obrigações sociais e tributárias	21	24.743	19.993	25.015	20.282
Obrigações com pessoal	22	96.848	67.866	97.132	68.155
Instrumentos financeiros derivativos	36	57.473	141.132	57.473	141.132
Contas a pagar de arrendamento	35	32.605	5.362	32.605	5.362
Outros débitos a pagar	23	73.094	50.051	73.095	50.053
Total do passivo circulante		4.073.117	2.827.677	4.075.148	2.829.494
Fornecedores	19	26.739	25.225	31.043	30.071
Empréstimos e financiamentos	20	874.705	773.856	874.705	773.939
Provisão para contingências	25	28.527	24.258	28.626	24.357
Instrumentos financeiros derivativos	36	60.913	43.086	60.913	43.086
Contas a pagar de arrendamento	35	487.623	71.264	487.623	71.264
Outros débitos a pagar	23	5.799	4.902	5.800	4.902
Total do passivo não circulante		1.484.306	942.591	1.488.710	947.619
Patrimônio líquido	27				
Capital social realizado		128.557	115.834	128.567	115.844
Reserva estatutária		882.741	739.447	882.741	739.447
Reserva especial		189.153	146.278	189.153	146.278
Reserva de capital		787.101	677.871	787.101	677.871
Ajuste de avaliação patrimonial		93.165	95.786	93.165	95.786
Contabilidade de hedge		19.147	2.114	19.147	2.114
Sobras do exercício		98.619	79.814	98.619	79.814
Total do patrimônio líquido		2.198.483	1.857.144	2.198.493	1.857.154
Total do passivo		7.755.906	5.627.412	7.762.351	5.634.267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Cooperados	Não Cooperados	Controladora		Consolidado	
				2021	2020	2021	2020
Ingressos e receitas operacional líquidas	28	6.545.802	886.237	7.432.039	5.368.366	7.445.178	5.373.014
(-) Dispendios e custos das vendas e serviços	29	(5.386.588)	(729.294)	(6.115.882)	(4.122.979)	(6.121.951)	(4.121.694)
Resultado com instrumentos financeiros		(61.103)	(8.273)	(69.376)	(44.402)	(69.376)	(44.402)
Sobra e lucro bruto operacional		1.098.111	148.670	1.246.781	1.200.985	1.253.851	1.206.918
Dispendios e despesas		(565.469)	(78.366)	(643.835)	(669.756)	(649.561)	(673.906)
Dispendio e despesas comerciais	30	(417.614)	(56.541)	(474.155)	(393.080)	(474.239)	(393.163)
Dispendio e despesas administrativas	31	(174.844)	(23.672)	(198.516)	(230.855)	(201.048)	(233.408)
Dispendio e despesas com pessoal	32	(172.163)	(23.309)	(195.472)	(179.145)	(198.233)	(181.614)
Dispendio e despesas com conselho administrativo e fiscal		(2.544)	(344)	(2.888)	(2.666)	(2.888)	(2.666)
Dispendio e despesas tributárias		(11.934)	(1.616)	(13.550)	(11.314)	(13.903)	(11.609)
Outros dispendios e ingressos operacionais		213.629	27.117	240.746	147.304	240.750	148.554
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		532.642	70.304	602.946	531.229	604.290	533.012
Resultado financeiro		(173.955)	(21.224)	(195.179)	(170.194)	(195.195)	(170.221)
Ingressos e receitas financeiras	33	209.949	72.855	282.804	218.386	282.899	218.501
(-) Dispendios e despesas financeiras	33	(383.904)	(94.079)	(477.983)	(388.580)	(478.094)	(388.722)
Resultado de equivalência patrimonial	15	944	-	944	1.203	-	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		359.631	49.080	408.711	362.238	409.095	362.791
Tributos sobre os lucros		-	(12.137)	(12.137)	(15.395)	(12.520)	(15.945)
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	-	(12.137)	(12.137)	(15.395)	(12.520)	(15.945)
Sobra e lucro líquido do exercício		359.631	36.943	396.574	346.843	396.575	346.846
Sobra e lucro líquido do exercício atribuído aos:							
Controladores						396.574	346.843
Não controladores						1	3

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício		396.574	346.843	396.575	346.846
Contabilidade de hedge	27.f	19.147	2.114	19.147	2.114
Resultado abrangente do exercício		415.721	348.957	415.722	348.960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		<u>Reserva de lucros</u>							
	Nota	Capital social	Reserva estatutária	Reserva especial	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Contabilidade de hedge	Sobras do exercício	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	Explicativa	104.232	621.576	110.000	553.757	98.413	(2.337)	52.947	1.538.588
Pagamento das sobras 2019		-	-	-	-	-	-	(52.947)	(52.947)
Sobra e lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	346.843	346.843
Retenção para aumento de capital	27.a	17.385	-	-	-	-	-	-	17.385
Integralização de capital de novos cooperados	27.a	57	-	-	-	-	-	-	57
Baixa de capital (demissão, exclusão e eliminação)	27.a	(1.358)	-	-	-	-	-	-	(1.358)
Baixa de capital (cooperados com mais 55 anos)	27.a	(4.482)	-	-	-	-	-	-	(4.482)
Retirada de Fates		-	(3.471)	-	-	-	-	-	(3.471)
Realização ajuste avaliação patrimonial	27.e	-	2.627	-	-	(2.627)	-	-	-
Contabilidade de <i>hedge</i>	27.f	-	-	-	-	-	4.451	-	4.451
Aumento de reserva - sobras Frimesa		-	403	-	-	-	-	-	403
Aumento de reserva - sobras Cotriguaçu		-	6.217	-	-	-	-	-	6.217
Aumento de reserva - outras		-	1.510	-	-	-	-	-	1.510
Distribuição do resultado									
Subvenções governamentais		-	-	-	124.114	-	-	(124.114)	-
Constituição reserva especial 2020		-	-	36.278	-	-	-	(32.330)	3.948
Aumento do Fates - resultado com terceiros		-	13.035	-	-	-	-	(13.035)	-
Aumento do Fates - 10%		-	17.736	-	-	-	-	(17.736)	-
Fundo de reserva legal - 20%		-	35.473	-	-	-	-	(35.473)	-
Reserva de desenvolvimento - 25%		-	44.341	-	-	-	-	(44.341)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		115.834	739.447	146.278	677.871	95.786	2.114	79.814	1.857.144
Pagamento das sobras 2020	27.b	-	-	-	-	-	-	(79.814)	(79.814)
Sobra e lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	396.574	396.574
Retenção para aumento de capital	27.a	19.188	-	-	-	-	-	-	19.188
Integralização de capital de novos cooperados	27.a	17	-	-	-	-	-	-	17
Baixa de capital (demissão, exclusão e eliminação)	27.a	(1.282)	-	-	-	-	-	-	(1.282)
Baixa de capital (cooperados com mais 55 anos)	27.a	(5.200)	-	-	-	-	-	-	(5.200)
Retirada de Fates		-	(3.489)	-	-	-	-	-	(3.489)
Aumento de reserva - Fates Cotriguaçu		-	5.046	-	-	-	-	-	5.046
Realização ajuste avaliação patrimonial	27.e	-	2.621	-	-	(2.621)	-	-	-
Contabilidade de <i>hedge</i>	27.f	-	-	-	-	-	17.033	-	17.033
Distribuição do resultado									
Juros sobre capital próprio	27.a	-	-	-	-	-	-	(6.734)	(6.734)
Subvenções governamentais	27.d	-	-	-	109.230	-	-	(109.230)	-
Constituição reserva especial 2021	27.c	-	-	42.875	-	-	-	(42.875)	-
Resultado de equivalência patrimonial	15.b	-	944	-	-	-	-	(944)	-
Aumento de reserva - sobras Frimesa		-	380	-	-	-	-	(380)	-
Aumento de reserva - sobras Cotriguaçu		-	2.109	-	-	-	-	(2.109)	-
Aumento do Fates - resultado com terceiros	27.b	-	15.150	-	-	-	-	(15.150)	-
Aumento do Fates - 10%	27.b	-	21.915	-	-	-	-	(21.915)	-
Fundo de reserva legal - 20%	27.b	-	43.830	-	-	-	-	(43.830)	-
Reserva de desenvolvimento - 25%	27.b	-	54.788	-	-	-	-	(54.788)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		128.557	882.741	189.153	787.101	93.165	19.147	98.619	2.198.483

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Sobra e lucro líquido do exercício		396.574	346.843	396.575	346.846
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	14, 16 e 17	196.805	168.687	199.008	170.343
Depreciação direito de uso	29 e 31	42.108	-	42.108	-
Resultado na alienação de imobilizado	16	32.181	2.483	32.181	2.483
Perda esperada do contas a receber	11	(529)	33.336	(529)	33.336
Provisão para deságio de ICMS	12	35.352	26.478	35.352	26.478
Provisão para contingências	25	8.036	1.758	8.036	1.758
Instrumentos financeiros derivativos	36	10.637	29.530	10.637	29.530
Juros e variação cambial apropriados	20	158.875	111.619	158.875	111.619
Resultado de equivalência patrimonial	15	(944)	(1.203)	-	-
Juros sobre direito de uso	35	19.725	-	19.725	-
Outras provisões		2.715	12.078	2.950	12.075
		901.535	731.609	904.918	734.468
Variações nos ativos e passivos					
Aplicações financeiras	10	(256.310)	(21.803)	(256.310)	(21.803)
Contas a receber	11	(281.989)	(80.154)	(282.230)	(79.894)
Tributos a recuperar	12	(75.883)	(22.339)	(76.137)	(22.444)
Adiantamento a fornecedores		(110.213)	(60.721)	(111.636)	(55.476)
Estoques	13	(756.159)	(405.756)	(756.144)	(405.756)
Ativo Biológico	14	(149.626)	(218.716)	(149.626)	(218.716)
Outros ativos		(33.233)	(4.572)	(33.126)	(6.485)
Débito com cooperados e não cooperados	18	468.025	201.320	448.837	201.320
Fornecedores	19	99.091	144.244	98.828	143.664
Obrigações sociais e tributárias	21	10.139	8.677	10.122	8.760
Obrigações com pessoal	22	28.982	9.656	28.977	9.703
Outros débitos a pagar	23	23.940	(16.849)	43.128	(16.854)
		(1.033.236)	(467.013)	(1.035.317)	(463.981)
Impostos pagos sobre o lucro		(5.389)	(10.768)	(5.389)	(10.768)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais		(137.090)	253.828	(135.788)	259.719
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aquisições de imobilizado	16	(391.723)	(293.384)	(392.603)	(298.873)
Aquisições de intangível	17	(2.980)	(576)	(3.351)	(577)
Aquisição de investimento em sociedades não cooperativas	15	-	(30.724)	-	(30.724)
Aumento de investimento em sociedades cooperativas	15	(5.453)	(21.804)	(5.431)	(21.674)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		(400.156)	(346.488)	(401.385)	(351.848)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Financiamentos bancários tomados	20	2.138.423	1.906.148	2.138.423	1.906.148
Financiamentos bancários - principal e juros pagos	20	(1.504.516)	(1.565.790)	(1.504.641)	(1.565.902)
Pagamento de arrendamento	35	(50.089)	-	(50.089)	-
Integralização de capital de novos cooperados	27	17	57	17	57
Baixa de capital de cooperados	27	(6.482)	(9.311)	(6.482)	(9.311)
Aumento de reservas líquida	27	1.557	-	1.557	-
Pagamento de sobras	27	(79.814)	(52.947)	(79.814)	(52.947)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		499.096	278.157	498.971	278.045
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		(38.150)	185.497	(38.202)	185.916
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	10	824.590	639.093	826.788	640.872
Caixa e equivalentes de caixa incorporação Tilápia	3.c	19	-	19	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	10	786.459	824.590	788.605	826.788

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Copacol – Cooperativa Agroindustrial Consolata (“Cooperativa”, “Cooperativa e suas controladas” ou “Grupo”), com sede na rua Desembargador Munhoz de Melo, nº 176, na cidade de Cafelândia – PR, é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, que tem como objetivo social a congregação dos seus sócios para o exercício de suas atividades econômicas, sem objetivo de lucro. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista do país.

A Copacol atua no recebimento, secagem, beneficiamento, armazenagem, industrialização e comercialização da produção dos cooperados, com destaque para os produtos soja, milho, trigo, café, aves, suínos, leite, peixes, sementes, rações, óleos e farelo de soja, comercialização de insumos agropecuários, supermercados e prestação de serviços, visando o desenvolvimento e a melhoria das condições socioeconômicas dos seus cooperados.

Para atender a demanda da produção de seus cooperados, a Copacol possui uma estrutura operacional, como o parque industrial, unidades de recebimento e armazenagem de produtos agrícolas, centro de pesquisa agrícola, laboratório de análise, unidades de produção e unidades comerciais de vendas de produtos, mercadorias e serviços.

2 Entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Cooperativa e suas controladas, conforme lista abaixo:

	Participação acionária em %		
	País	2021	2020
Constel Tecnologia Ltda.	Brasil	99,80	99,80
Copfrio Locação de Armazéns Frig. Ltda.	Brasil	99,80	99,80
Tilápia Pisceis Produtos da Aquicultura Ltda.	Brasil	-	100

Constel Tecnologia Ltda.

A Constel Tecnologia Ltda. está localizada a rua Pará, nº 812, bairro Country, cidade de Cascavel/PR, tendo por objeto social a importação, exportação, comércio varejista de equipamentos de informática e telecomunicações, serviços de hospedagem, monitoração, administração, operação e gerência de equipamentos de processamento de dados e programas de computador, prestação de serviço multimídia e acesso à rede mundial de internet, serviços de projetos, montagem, instalação, manutenção, locação e assistência técnica de equipamentos de informática, computadores e periféricos, comunicações e telecomunicações, execução e manutenção de redes telefônicas e de comunicações de dados externas e prediais; licenciamento de programas de computadores customizados e não customizados; provedores de voz sobre protocolo internet – VOIP; e representação comercial.

Copfrio Locação de Armazéns Frigoríficos Ltda.

A Copfrio Locação de Armazéns Frigoríficos Ltda. está localizada no trecho 10, lote 5, pavilhão b/5, zona industrial (Guará), Cidade de Brasília/DF, tendo como objeto social o aluguel de câmaras frigoríficas, máquinas e equipamentos.

Tilápia Pisces Produtos da Aquicultura Ltda.

A Tilápia Pisces Produtos da Aquicultura Ltda. está localizada na estrada para São Luiz do Oeste – Km 01, lote 09, s/n, zona rural do município de Toledo/PR, tendo como objeto social o abate e a industrialização de peixes.

3 Aquisição e incorporação de controladas

Tilápia Pisces Produtos da Aquicultura Ltda.

Em 17 de agosto de 2020, a Cooperativa firmou com a empresa Copisces – Cooperativa Agroindustrial de Piscicultura Pisces e outros sócios pessoas físicas, contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças de 100% das quotas representativas do capital social da Tilápia Pisces Produtos da Aquicultura Ltda.

A norma contábil CPC 15 (R1), que trata da combinação de negócios, requer a identificação do adquirente contábil em uma combinação de negócios. Neste caso, a Cooperativa passou a ter o controle sobre a Tilápia Pisces Produtos da Aquicultura Ltda. em 17 de agosto de 2020, data em que ocorreu a formalização dos acordos, sendo essa data considerada como “data de aquisição” para fins do reconhecimento contábil da transação.

a. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

	2020
Máquinas e equipamentos	17.296
Edifícios	12.248
Terrenos	4.470
Veículos	2.652
Móveis e utensílios	227
Equipamentos de informática	83
Carteira de clientes	5.631
Cadeia de fornecimento	5.006
Empréstimos e financiamentos	(2.772)
Fornecedores e impostos	(10.701)
	<hr/>
	34.140
	<hr/> <hr/>

b. Ágio

A aquisição da unidade industrial de peixes, gerou um ágio proveniente da diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “Investimento” nas demonstrações financeiras individuais e como “Ativo intangível” nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio reconhecido como resultado desta aquisição foi determinado conforme segue:

	2020
Contraprestação transferida	61.157
Valor justo dos ativos e passivos líquidos identificáveis	<u>(34.140)</u>
Ágio	<u>27.017</u>

c. Incorporação de controladas

Em 29 de janeiro de 2021, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da empresa Tilápia Pisces Produtos da Aquicultura Ltda., cujas atividades foram encerradas naquela data pela Companhia.

A tabela abaixo resume os valores de acervo líquido incorporado da Tilápia Pisces Produtos da Aquicultura Ltda. em 07 de maio de 2021.

	2021
Ativo	
Bancos	19
Cotas de consórcio	<u>225</u>
Ativo circulante	<u>244</u>
Investimentos	2
Imobilizado	36.976
Intangível	<u>24.181</u>
Ativo não circulante	<u>61.159</u>
Total do ativo	<u><u>61.403</u></u>

Além do acervo descrito acima, foi reconhecido como resultado financeiro o valor de R\$ 1.298 referente à desconto obtido junto à instituição financeira, na liquidação dos empréstimos incorporados da Tilápia Pisces Produtos da Aquicultura Ltda. no ato da aquisição.

4 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e disposições específicas aplicadas as sociedades cooperativas contidas na Lei 5.764/71, bem como nas interpretações técnicas contidas no ITG 2004 – Entidades Cooperativas.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de janeiro de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, ingressos e receitas, dispêndios e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) *Julgamentos*

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3 – definição de combinação de negócio;
- Nota explicativa 8(p) – prazo de arrendamento: se o Grupo tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

(b) *Incertezas sobre premissas e estimativas*

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem riscos significativos de resultar em ajustes materiais dos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 11 – mensuração de perda de crédito esperada nas contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada da perda;
- Nota explicativa 13 – determinação do valor justo dos estoques de produtos agrícolas e estoques a fixar (*commodities*);
- Nota explicativa 14 – determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos;
- Nota explicativa 16 – vida útil e valor residual dos ativos imobilizados;
- Nota explicativa 17 – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Nota explicativa 18 – determinação do valor justo dos débitos de associados relacionados aos estoques a fixar e à provisão para fixação;
- Nota explicativa 25 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa 36 – determinação de valor justo dos instrumentos financeiros derivativos.

(i) *Mensuração do valor justo*

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis

aplicáveis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Cooperativa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluindo nível 1, que são observáveis para ativos e passivos, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3 – Aquisição de controlada;
- Nota explicativa 13 – Estoques;
- Nota explicativa 14 – Ativos biológicos; e
- Nota explicativa 36 – Instrumentos financeiros.

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, estoque de produtos agrícolas e ativos biológicos, débito de associados relacionados aos estoques a fixar, provisão para fixação cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo e ativos e passivos líquidos identificáveis na combinação de negócios no momento da aquisição.

8 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário.

a. Base de consolidação

(i) *Combinação de negócios*

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) **Controladas**

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) **Investimento em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial**

Os investimentos do Grupo em sociedades não-cooperativas foram contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em coligadas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) **Investimentos em entidades Cooperativas contabilizados pelo método de custo**

Os investimentos do Grupo em sociedades cooperativas foram avaliados pelo custo de aquisição e refletem o valor de realização do investimento, conforme requerido pelo ITG 2004 – Entidade Cooperativa.

(v) **Transações eliminadas na consolidação**

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

(i) **Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real, que é a moeda funcional da Cooperativa, pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não

monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) **Operações no exterior**

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

c. Reconhecimento de Receita

A receita operacional é reconhecida de acordo com os preceitos do CPC 47 “Receita de contratos com Clientes” que estabelece que a receita seja reconhecida quando (i) a obrigação de desempenho é cumprida, ou sejam, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Cooperativa, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos comerciais e bonificações.

A receita compreende o valor faturado pela venda de mercadorias e serviços. O Grupo adota como política de reconhecimento de receita o momento do cumprimento da obrigação de desempenho, que ocorre na transferência do controle sobre o produto ao cliente.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo-se como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

d. Obrigações com associados e fornecedores

São originadas por aquisições de bens ou serviços no exercício das atividades operacionais e reconhecidas aos valores de negociação. Os produtos ainda não fixados estão provisionados pelo preço de compra praticado pela Cooperativa na data das demonstrações financeiras.

e. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações e benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas com pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Cooperativa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Subvenção e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que o Grupo irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como “Ingressos e receitas operacional líquidas” para as subvenções da Lei Brandão, em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

g. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicação financeira, variação cambial ativa, juros recebidos e descontos obtidos que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com descontos concedidos, variação cambial passiva e despesas com juros de empréstimos e financiamentos.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício decorrente das operações com não cooperados. O resultado das operações com cooperados não são tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

i. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados a valor justo, deduzidos dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

j. Estoques

Os insumos, matérias-primas, mercadorias para revenda e almoxarifados, foram avaliados pelo método de custo de aquisição, líquidos de seus impostos recuperáveis, não excedendo seu valor realizável líquido.

Os produtos agrícolas, quando não utilizados para consumo interno, são avaliados pelo valor de mercado, considerando o preço de fechamento no encerramento do exercício, líquidos de seus impostos recuperáveis não excedendo seu valor realizável líquido.

Os produtos agrícolas a fixar foram avaliados pelo valor de mercado considerando o preço de fechamento do exercício.

Os produtos industriais foram avaliados pelo custo médio de produção, líquido dos impostos recuperáveis, não excedendo o valor realizável líquido.

k. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para as normas CPCs foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios e benfeitorias	25 anos
Poços artesianos	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Aparelhos de comunicação	5 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e implementos agrícolas	4 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

I. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio decorre da aquisição da Tilápia Pisce Produtos da Aquicultura Ltda. e da Copfrio Locação de Armazens Frigoríficos Ltda., mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Marcas e patentes

As marcas e patentes possuem vida útil definida e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes.

Cadeia de fornecimento

Advindo da aquisição da Tilápia Pisce Produtos da Aquicultura Ltda, refere-se aos relacionamentos que uma empresa mantém com seus fornecedores, através de um contrato formal ou relacionamentos recorrentes, são considerados como um ativo intangível, tendo em vista que geram um benefício econômico para a empresa e podem ser controlados por meios legais ou contratuais.

Carteira de clientes

Advindo da aquisição da Tilápia Pisce Produtos da Aquicultura Ltda, refere-se aos relacionamentos que uma empresa mantém com seus clientes, através de um contrato formal ou relacionamentos recorrentes, são considerados como um ativo intangível, tendo em vista que geram um benefício econômico para a empresa e podem ser controlados por meios legais ou contratuais.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis compreendem os sistemas de informática (*softwares*) e licenças de uso destes, têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Amortização*

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio de marcas e patentes não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Marcas e patentes	10 anos
Software	5 anos
Cadeia de fornecimento	5 anos
Carteira de clientes	5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

m. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Cooperativa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Cooperativa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Cooperativa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Cooperativa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos Financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos Financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados

e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge**

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de *hedge* de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira.

No início das relações de *hedge* designadas, a Cooperativa documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em ORA (outros resultados abrangentes) e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (forward points) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

n. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:
- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e cooperados são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias;
- as perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com créditos que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- as perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, avalia-se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido, que em condições normais não seriam aceitas;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando não se tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais é adotada a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, é feita uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência

ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos de recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

o. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões para contingências são reconhecidas apenas quando é provável que desembolsos de caixa ocorrerão e seu valor é determinado com base na estimativa das ações em curso.

As contingências de natureza fiscal, cível e trabalhista objeto de contestações judiciais são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas de divulgação.

p. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução

ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento

operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que o Grupo, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

O Grupo aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. O Grupo também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

q. Segregação do resultado com associados e terceiros

As sobras e os resultados são segregados de acordo com os atos praticados com cooperados e não cooperados e apropriados em contas contábeis individualizadas. Havendo impossibilidade de apropriação direta de tais valores por serem comuns aos atos com cooperados e não cooperados, estes são rateados proporcionalmente de acordo com critérios estabelecidos pela Cooperativa. Para efeito de cálculo das sobras relativas aos cooperados e do resultado das operações com não cooperados foram adotados os seguintes critérios:

- Produtos agropecuários: a proporcionalidade do recebimento dos produtos de cooperados e não cooperados; e
- Bens de fornecimento: a proporcionalidade das vendas efetuadas a cooperados e não cooperados.

r. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 6 (b)).

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. O Grupo determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

10 Caixa, equivalentes e aplicações financeiras

a. Caixa e equivalentes

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	136.128	80.385	136.314	80.488
Numerário em trânsito	478	630	478	630
Aplicações financeiras	649.853	743.575	651.813	745.670
	<u>786.459</u>	<u>824.590</u>	<u>788.605</u>	<u>826.788</u>

As aplicações financeiras são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e debêntures, remuneradas a taxa de 99% a 125% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98% a 109% em 2020).

b. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021 as aplicações financeiras no montante de R\$ 495.202 (R\$ 238.892 em 2020) que não possuem liquidez imediata e não serão utilizadas nas atividades operacionais da Cooperativa dentro do período de três meses, encontram-se registradas na rubrica de aplicações financeiras no balanço patrimonial.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários, remuneradas a taxas que variam, aproximadamente, entre 99% e 120% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

11 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Crédito de cooperados				
Duplicatas a receber	238.593	159.062	238.527	158.814
Financiamento a cooperados	4.492	8.936	4.492	8.936
Outros	19.392	10.383	19.392	10.383
(-) Perdas de crédito esperada	<u>(12.917)</u>	<u>(15.966)</u>	<u>(12.917)</u>	<u>(15.966)</u>
Crédito de não cooperados				
Duplicatas a receber	49.882	38.418	49.882	38.418
Outros	577	536	577	536
(-) Perdas de crédito esperada	<u>(3.568)</u>	<u>(2.881)</u>	<u>(3.568)</u>	<u>(2.881)</u>
Clientes				
Duplicatas a receber	658.140	473.431	658.352	473.584
Outros	7.855	6.176	7.855	6.176
(-) Perdas de crédito esperada	<u>(33.764)</u>	<u>(31.931)</u>	<u>(33.764)</u>	<u>(31.931)</u>
	<u>928.682</u>	<u>646.164</u>	<u>928.828</u>	<u>646.069</u>
Circulante	911.417	629.870	911.563	629.775
Não circulante	17.265	16.294	17.265	16.294

A perda esperada do contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de associados, não cooperados e clientes. A perda esperada do contas a receber é calculada com base na avaliação individual da situação de cada associado ou terceiro, considerando as informações históricas de pagamento para realizar a provisão sobre os saldos a vencer bem como análises dos saldos vencidos existentes na data do encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração também as garantias fornecidas. A movimentação da provisão para perda esperada do contas a receber está apresentada da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial em 1º de janeiro	50.778	17.442	50.778	17.442
Constituição (reversão) de provisão	(529)	33.336	(529)	33.336
Saldo final em 31 de dezembro	50.249	50.778	50.249	50.778

A composição por vencimento (*aging list*) dos créditos de associados, não cooperados e clientes está apresentada da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
A vencer	915.838	647.371	915.984	647.276
Vencidos até 30 dias	54.599	43.174	54.599	43.174
Vencidos de 31 a 60 dias	2.374	6.059	2.374	6.059
Vencidos de 61 a 90 dias	1.720	50	1.720	50
Vencidos de 91 a 120 dias	2.026	58	2.026	58
Vencidos de 121 a 180 dias	1.293	48	1.293	48
Vencidos a mais de 180 dias	1.081	182	1.081	182
	978.931	696.942	979.077	696.847

12 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ICMS (a)	247.777	163.048	248.482	163.504
(-) Deságio de ICMS (a)	(92.845)	(57.493)	(92.845)	(57.493)
IRRF	12.229	21.002	12.229	21.002
IRPJ	4.115	3.344	4.127	3.351
CSLL	818	1.748	823	1.753
PIS e COFINS (b)	355	271	355	271
INSS	34	32	34	32
	172.483	131.952	173.205	132.420
Circulante	22.384	33.910	22.716	34.132
Não circulante	150.099	98.042	150.489	98.288

- (a) Os saldos de ICMS a recuperar são provenientes das transações normais do Grupo. Parte significativa da produção da Cooperativa é comercializada no mercado externo e, portanto, sem a incidência de ICMS. Esta situação gera um acúmulo de créditos tributários deste imposto, cuja realização dar-se-á, substancialmente, pela transferência a terceiros através do Sistema de Controle de transferência e Utilização de Créditos Acumulados (SISCREDA), mantido pelo Governo do Estado do Paraná.

Em função de que a comercialização desses créditos com terceiros ocorre somente mediante concessão de deságio sobre os valores escriturais, a Administração adota a política de reconhecer contabilmente uma provisão para desvalorização sobre o total do crédito de ICMS de maneira a refletir as expectativas reais de realização de tais créditos, as quais são baseadas no histórico passado de negociações efetivadas, bem como nas condições correntes de mercado e perspectivas futuras observadas na data de 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, a referida provisão perfaz o montante de R\$ 92.845 (R\$ 57.493 em 2020), o qual foi considerado suficiente para cobrir eventuais perdas financeiras, estando o saldo contábil apresentado pelo valor líquido.

- (b) Os créditos oriundos de PIS/COFINS referem-se à parcela ressarcível de saldo credor de PIS/COFINS, vinculado, principalmente, às operações de exportação, que serão realizados com as compensações de tributos de outras espécies vincendos, ou solicitado o ressarcimento em espécie. O saldo do PIS/COFINS foi apresentado pelo valor original do crédito líquido da provisão para perdas, com base na estimativa da administração, considerando-se a dificuldade de realização destes créditos.

13 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Estoque de produtos acabados	320.007	232.863	320.007	232.863
Estoque de produtos agrícolas (ii)	456.518	202.381	456.518	202.381
Estoque de insumos	431.638	214.111	431.638	214.111
Estoque a fixar (i)	257.633	202.376	257.633	202.376
Estoque de matéria prima	281.537	158.668	281.537	158.668
Estoque de bens para revenda	40.858	32.173	40.858	32.188
Estoque de almoxarifado	40.735	21.225	40.735	21.225
Estoque em poder de terceiros	1.780	10.750	1.780	10.750
	<u>1.830.706</u>	<u>1.074.547</u>	<u>1.830.706</u>	<u>1.074.562</u>

- (i) Refere-se a produtos recebidos de associados com preço a fixar e foram registrados contabilmente em conta própria de estoque, individualizada, tendo contrapartida registrada em conta de passivo, mensurados a valor justo, nos termos do requerido pelo ITG 2004 – Entidade Cooperativa.
- (ii) Refere-se substancialmente a estoques de *commodities*, essencialmente adquiridos com a finalidade de venda no futuro próximo e gerar resultados com base nas variações de preços ou na margem dos operadores. Tais estoques são valorizados a custo.

14 Ativo biológico

Os saldos contábeis dos ativos biológicos no ativo circulante e no ativo não circulante estão representados a seguir:

a. Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativos biológicos em formação (i)				
Aves	172.352	152.054	172.352	152.054
Peixes	70.877	50.139	70.877	50.139
Suínos	52.051	44.210	52.051	44.210
Novilhas	217	438	217	438
Ovos férteis	419	26	419	26
	<u>295.916</u>	<u>246.867</u>	<u>295.916</u>	<u>246.867</u>
Circulante	<u>295.916</u>	<u>246.867</u>	<u>295.916</u>	<u>246.867</u>
Reflorestamento (iii)	153.174	117.962	153.174	117.962
Aves matrizes (ii)	95.561	68.705	95.561	68.705
Novilhas matrizes (ii)	15.348	13.122	15.348	13.122
Suínos matrizes (ii)	12.964	12.412	12.964	12.412
Peixes matrizes (ii)	205	615	205	615
(-) Amortização e exaustão	<u>(56.916)</u>	<u>(42.794)</u>	<u>(56.916)</u>	<u>(42.794)</u>
	<u>220.336</u>	<u>170.022</u>	<u>220.336</u>	<u>170.022</u>
Não circulante	<u>220.336</u>	<u>170.022</u>	<u>220.336</u>	<u>170.022</u>

(i) Ativos biológicos em formação

Referem-se, substancialmente, a aves, peixes e suínos, cujo período de formação é de, aproximadamente, 45 dias, 90 dias e 180 dias respectivamente, e serão utilizados para o abate e produção de carnes. A Administração considerou que em função do seu curto ciclo de formação, os custos dos insumos aplicados neste estágio, representa substancialmente seu valor justo.

(ii) Matrizes

Os ativos biológicos de matrizes, referem-se a aves, peixes, suínos e novilhas. Para a determinação de seu valor justo a Administração levou em consideração a ausência de mercado ativo para as matrizes e o fato que sua posterior venda não representa o negócio principal da Cooperativa, as quais são realizadas com o propósito de recuperar custos. Com base nesses elementos, a Cooperativa determinou que o valor justo de tais matrizes é avaliado ao custo de aquisição, deduzidos os impostos incidentes, mais os insumos aplicados.

(iii) Reflorestamento

A Administração considerou que a totalidade da madeira proveniente das florestas é utilizada como insumo para a produção de *pallets* e lenha utilizada integralmente para consumo interno. Desta forma, o valor justo do reflorestamento está substancialmente representado por seu custo de formação (mão de obra, mudas, desbastes, tratamentos culturais e outros).

b. Movimentação do saldo

	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2021
Aves	152.054	3.393.852	(3.373.554)	172.352
Peixes	50.139	875.249	(854.511)	70.877
Suínos	44.210	602.197	(594.356)	52.051
Novilhas	438	6.863	(7.084)	217
Ovos férteis	26	54.755	(54.362)	419
	<u>246.867</u>	<u>4.932.916</u>	<u>(4.883.867)</u>	<u>295.916</u>
Circulante	<u>246.867</u>	<u>4.932.916</u>	<u>(4.883.867)</u>	<u>295.916</u>
	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2021
Reflorestamento (i)	117.962	36.419	(1.207)	153.174
Aves matrizes	68.705	90.150	(63.294)	95.561
Novilhas matrizes	13.122	9.640	(7.414)	15.348
Suínos matrizes	12.412	8.109	(7.557)	12.964
Peixes matrizes	615	45	(455)	205
(-) depreciação Amortização e exaustão	(42.794)	(68.540)	54.418	(56.916)
	<u>170.022</u>	<u>75.823</u>	<u>(25.509)</u>	<u>220.336</u>
Não circulante	<u>170.022</u>	<u>75.823</u>	<u>(25.509)</u>	<u>220.336</u>
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2020
Aves	87.502	2.087.450	(2.022.898)	152.054
Peixes	32.425	434.090	(416.376)	50.139
Suínos	29.115	336.981	(321.886)	44.210
Novilhas	356	9.856	(9.774)	438
Ovos férteis	399	48.118	(48.491)	26
	<u>149.797</u>	<u>2.916.495</u>	<u>(2.819.425)</u>	<u>246.867</u>
Circulante	<u>149.797</u>	<u>2.916.495</u>	<u>(2.819.425)</u>	<u>246.867</u>
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2020
Reflorestamento (i)	57.892	60.074	(4)	117.962
Aves matrizes	59.612	67.800	(58.707)	68.705
Novilhas matrizes	11.322	10.833	(9.033)	13.122
Suínos matrizes	14.121	6.797	(8.506)	12.412
Peixes matrizes	761	83	(229)	615
(-) depreciação Amortização e exaustão	(39.365)	(55.967)	52.538	(42.794)
	<u>104.343</u>	<u>89.620</u>	<u>(23.941)</u>	<u>170.022</u>
Não circulante	<u>104.343</u>	<u>89.620</u>	<u>(23.941)</u>	<u>170.022</u>

(i) As adições de reflorestamento incluem a variação de preço dos contratos de arrendamento de terras para o plantio das florestas no valor de R\$ 18.227 (R\$ 45.792 em 2020).

15 Investimentos

a. Composição do investimento

Em entidades cooperativas	Participação	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Frimesa Cooperativa Central	18,37%	47.620	47.620	47.620	47.620
Cotriguaçu Cooperativa Central	20,96%	41.490	36.444	41.490	36.444
Unitá Cooperativa Central	49,99%	38.999	38.999	38.999	38.999
Coocentral	6,35%	1.793	1.793	1.793	1.793
Coperflora	39,94%	24	22	24	22
Sicredi	10,98%	8.780	8.390	8.794	8.399
Sicoob	0,63%	16	1	16	1
(-) Perdas em investimentos		(1.793)	(1.793)	(1.793)	(1.793)
Em entidades controladas		2021	2020	2021	2020
Copfrio Loc. de Arm. Frig. Ltda.	99,80%	860	642	-	-
Ágio na aquisição – Copfrio		1.938	2.419	-	-
Constel Tecnologia Ltda.	99,80%	4.851	4.125	-	-
Tilápia Pisces Prod. da Aquic. Ltda.		-	35.684	-	-
Ágio na aquisição – Tilápia Pisces		-	27.017	-	-
Outras entidades					
Supercampo S.A.	8,00%	3.000	3.000	3.000	3.000
(-) Perdas em investimentos		(1.190)	-	(1.190)	-
Outros investimentos		-	-	-	26
		<u>146.388</u>	<u>204.363</u>	<u>138.752</u>	<u>134.511</u>

Os investimentos em sociedades cooperativas estão avaliados pelo custo de aquisição, conforme requerido pelo ITG 2004 – Entidades Cooperativas.

Os investimentos em entidades controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

b. Movimentação dos investimentos

	Saldo em 31.12.2020	Equivalência patrimonial	Aumento/ baixa de capital	Dividendos	Incorporação	Outros	Saldo em 31.12.2021
Frimesa	47.620	-	-	-	-	-	47.620
Cotriguaçu	36.444	-	-	5.046	-	-	41.490
Unitá	38.999	-	-	-	-	-	38.999
Coocentral	1.793	-	-	-	-	-	1.793
Coperflora	22	-	2	-	-	-	24
Sicredi	8.390	-	390	-	-	-	8.780
Sicoob	1	-	15	-	-	-	16
Copfrio	3.061	218	-	-	-	(481)	2.798
Constel	4.125	726	-	-	-	-	4.851
Tilápia Pisces (iii)	62.701	-	-	-	(47.378)	(15.323)	-
Supercampo	3.000	-	-	-	-	-	3.000
Perdas (iv)	(1.793)	-	-	-	-	(1.190)	(2.983)
	<u>204.363</u>	<u>944</u>	<u>407</u>	<u>5.046</u>	<u>(47.378)</u>	<u>(16.994)</u>	<u>146.388</u>

	Saldo em 31.12.2019	Equivalência patrimonial	Aumento/ baixa de capital	Dividendos	Aquisição	Outros	Saldo em 31.12.2020
Frimesa	29.250	-	18.370	-	-	-	47.620
Cotriguaçu	31.982	-	-	4.462	-	-	36.444
Unitá	38.999	-	-	-	-	-	38.999
Coocentral	9.902	-	(8.109)	-	-	-	1.793
Coperflora	14	-	8	-	-	-	22
Sicredi	7.758	-	632	-	-	-	8.390
Sicoob	-	-	1	-	-	-	1
Copfrio	4.483	(636)	-	-	-	(786)	3.061
Constel	2.305	1.820	-	-	-	-	4.125
Tilápia Pisces (i)	-	19	-	-	34.140	28.542	62.701
Supercampo	-	-	3.000	-	-	-	3.000
Perdas (ii)	(4.494)	-	-	-	-	2.701	(1.793)
	<u>120.199</u>	<u>1.203</u>	<u>13.902</u>	<u>4.462</u>	<u>34.140</u>	<u>30.457</u>	<u>204.363</u>

- (i) O valor de aquisição em 2020, refere-se aos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos na aquisição da Tilápia Pisces e o valor de outros refere-se substancialmente ao ágio gerado na aquisição no valor de R\$ 27.017, conforme demonstrado na nota 3 (a) e (b).
- (ii) A provisão para perda é referente ao investimento na Coocentral, onde a Administração da Cooperativa reconheceu uma perda do investimento devido a resultados negativos apresentados.
- (iii) Conforme demonstrado na nota 3 (c), em 2021 a Tilápia Pisces foi incorporada, desta forma o saldo do investimento no valor de R\$ 47.378 foi reclassificado para os respectivos ativos do acervo incorporado. O valor de R\$ 15.323 refere-se ao ágio e foi reclassificado para a rubrica de intangível.
- (iv) A provisão para perda é referente ao investimento na Supercampo.

16 Imobilizado

a. Composição do saldo

	Controladora					
	2021			2020		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	212.683	-	212.683	261.233	-	261.233
Edifícios e benfeitorias	1.030.211	(260.072)	770.139	820.867	(224.015)	596.852
Máquinas e equipamentos	788.261	(376.476)	411.785	635.589	(341.575)	294.014
Veículos	130.895	(74.434)	56.461	115.156	(67.615)	47.541
Instalações	137.733	(64.960)	72.773	103.613	(55.355)	48.258
Móveis e utensílios	16.184	(8.160)	8.024	15.114	(8.286)	6.828
Máquinas e implementos agrícolas	16.376	(12.176)	4.200	14.767	(10.774)	3.993
Equipamentos de informática	17.288	(11.577)	5.711	17.249	(12.169)	5.080
Aparelhos de comunicação	470	(376)	94	513	(426)	87
Poços artesanais	777	(334)	443	624	(315)	309
Construções em andamento (i)	182.859	-	182.859	266.119	-	266.119
Imobilizado em trânsito	81.661	-	81.661	11.230	-	11.230
	<u>2.615.398</u>	<u>(808.565)</u>	<u>1.806.833</u>	<u>2.262.074</u>	<u>(720.530)</u>	<u>1.541.544</u>

- (i) Referem-se à projetos em andamento como adequação do abatedouro de aves de Cafelândia/PR, construção da unidade de produção de desmamados em Jesuítas/PR, ampliação das fábricas de ração de Cafelândia/PR e Nova Aurora/PR, ampliação da armazenagem e recebimento de cereais nas unidades de Pranchita/PR e Jotaesse/PR.

	Consolidado					
	2021			2020		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	212.683	-	212.683	261.233	-	261.233
Edifícios e benfeitorias	1.031.235	(260.182)	771.053	821.891	(224.085)	597.806
Máquinas e equipamentos	789.128	(376.813)	412.315	636.504	(341.845)	294.659
Veículos	130.994	(74.499)	56.495	115.255	(67.667)	47.588
Instalações	138.196	(65.195)	73.001	104.076	(55.550)	48.526
Móveis e utensílios	16.362	(8.281)	8.081	15.292	(8.393)	6.899
Máquinas e implementos agrícolas	16.376	(12.176)	4.200	14.767	(10.774)	3.993
Equipamentos de informática	26.268	(16.535)	9.733	25.695	(16.077)	9.618
Aparelhos de comunicação	4.187	(2.531)	1.656	3.587	(2.035)	1.552
Poços artesianos	777	(334)	443	624	(315)	309
Construções em andamento	182.898	-	182.898	272.467	-	272.467
Imobilizado em trânsito	81.661	-	81.661	11.230	-	11.230
	<u>2.630.765</u>	<u>(816.546)</u>	<u>1.814.219</u>	<u>2.282.621</u>	<u>(726.741)</u>	<u>1.555.880</u>

b. Movimentação do custo

Controladora	2021					
	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas	Acervo incorporado	Transferências	Saldo em 31.12.2020
Terrenos	261.233	60.441	(14.960)	4.470	(98.501)	212.683
Edifícios e benfeitorias	820.867	-	(116)	12.248	197.212	1.030.211
Máquinas e equipamentos	635.589	9.048	(26.246)	9.968	159.902	788.261
Veículos	115.156	22.865	(9.817)	2.691	-	130.895
Instalações	103.613	-	-	7.157	26.963	137.733
Móveis e utensílios	15.114	1.228	(1.558)	182	1.218	16.184
Máquinas e implementos agrícolas	14.767	589	(354)	260	1.114	16.376
Equipamentos de informática	17.249	1.652	(2.427)	-	814	17.288
Aparelhos de comunicação	513	27	(84)	-	14	470
Poços artesianos	624	49	-	-	104	777
Construções em andamento (i)	266.119	214.162	(2.655)	-	(294.767)	182.859
Imobilizado em trânsito	11.230	81.662	(11.231)	-	-	81.661
	<u>2.262.074</u>	<u>391.723</u>	<u>(69.448)</u>	<u>36.976</u>	<u>(5.927)</u>	<u>2.615.398</u>

Controladora	2020				
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2020
Terrenos	170.251	91.001	(19)	-	261.233
Edifícios e benfeitorias	777.777	2.737	(204)	40.557	820.867
Máquinas e equipamentos	583.612	7.285	(2.500)	47.192	635.589
Veículos	102.167	18.983	(5.994)	-	115.156
Instalações	95.236	-	-	8.377	103.613
Móveis e utensílios	13.606	781	(223)	950	15.114
Máquinas e implementos agrícolas	12.837	2.710	(780)	-	14.767
Equipamentos de informática	16.008	1.794	(887)	334	17.249
Aparelhos de comunicação	843	25	(382)	27	513
Poços artesianos	624	-	-	-	624
Construções em andamento	146.275	217.884	(603)	(97.437)	266.119
Imobilizado em trânsito	61.046	(49.816)	-	-	11.230
	<u>1.980.282</u>	<u>293.384</u>	<u>(11.592)</u>	<u>-</u>	<u>2.262.074</u>

- (i) O saldo remanescente na coluna de transferências refere-se à reclassificação de saldo de construções em andamento para a rubrica de intangível.

c. Movimentação da depreciação

Controladora	2021			
	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2021
Edifícios e benfeitorias	(224.015)	(36.112)	55	(260.072)
Máquinas e equipamentos	(341.575)	(58.562)	23.661	(376.476)
Veículos	(67.615)	(16.132)	9.313	(74.434)
Instalações	(55.355)	(9.605)	-	(64.960)
Móveis e utensílios	(8.286)	(1.298)	1.424	(8.160)
Máquinas e implementos agrícolas	(10.774)	(1.756)	354	(12.176)
Equipamentos de informática	(12.169)	(1.789)	2.381	(11.577)
Aparelhos de comunicação	(426)	(32)	82	(376)
Poços artesianos	(315)	(19)	-	(334)
	<u>(720.530)</u>	<u>(125.305)</u>	<u>37.270</u>	<u>(808.565)</u>

Controladora	2020			
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2020
Edifícios e benfeitorias	(191.652)	(32.448)	85	(224.015)
Máquinas e equipamentos	(291.180)	(52.219)	1.824	(341.575)
Veículos	(60.163)	(13.210)	5.758	(67.615)
Instalações	(47.197)	(8.158)	-	(55.355)
Móveis e utensílios	(7.336)	(1.158)	208	(8.286)
Máquinas e implementos agrícolas	(9.227)	(2.208)	661	(10.774)
Equipamentos de informática	(11.011)	(1.898)	740	(12.169)
Aparelhos de comunicação	(636)	(46)	256	(426)
Poços artesianos	(296)	(19)	-	(315)
	<u>(618.698)</u>	<u>(111.364)</u>	<u>9.532</u>	<u>(720.530)</u>

d. Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo realizou avaliação quanto a existência de indicadores de que seu ativo imobilizado poderia estar registrado por valor acima do seu valor recuperável.

Em 2021, com base nesta avaliação realizada pela Administração, não foi identificada necessidade da constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos em questão.

e. Revisão das vidas úteis

Ao final do exercício de 2021, o Grupo revisou a estimativa das vidas úteis dos ativos e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

f. Garantias

Como parte dos requerimentos necessários para a realização de determinadas operações de crédito, o Grupo fornece garantias baseadas em imóveis de propriedade da Cooperativa, conforme descrito na nota 20 (e).

17 Intangível

a. Composição do saldo

	Controladora					
	2021			2020		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Vida útil definida						
Marcas e patentes	1.677	(582)	1.095	1.167	(464)	703
Software	18.141	(9.452)	8.689	9.747	(8.124)	1.623
Cadeia de fornecimento	3.223	(376)	2.847	-	-	-
Carteira de clientes	5.635	(657)	4.978	-	-	-
	<u>28.676</u>	<u>11.067</u>	<u>17.609</u>	<u>10.914</u>	<u>(8.588)</u>	<u>2.326</u>
Vida útil indefinida						
Ágio aquisição Tilápia	15.323	-	15.323	-	-	-
	<u>43.999</u>	<u>(11.067)</u>	<u>32.932</u>	<u>10.914</u>	<u>(8.588)</u>	<u>2.326</u>
	Consolidado					
	2021			2020		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Vida útil definida						
Marcas e patentes	1.681	(586)	1.095	1.193	(485)	708
Software	18.661	(9.793)	8.868	10.270	(8.386)	1.884
Cessão de uso	7.597	(2.449)	5.148	7.254	(1.613)	5.641
Cadeia de fornecimento	3.223	(376)	2.847	-	-	-
Carteira de clientes	5.635	(657)	4.978	-	-	-
Ágio aquisição Copfrio	3.204	(1.266)	1.938	3.204	(786)	2.418
	<u>40.001</u>	<u>(15.127)</u>	<u>24.874</u>	<u>21.921</u>	<u>(11.270)</u>	<u>10.651</u>
Vida útil indefinida						
Ágio aquisição Tilápia	15.323	-	15.323	27.017	-	27.017
	<u>55.324</u>	<u>(15.127)</u>	<u>40.197</u>	<u>48.938</u>	<u>(11.270)</u>	<u>37.668</u>

b. Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes. Este ágio está sendo amortizado fiscalmente.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo realizou avaliação quanto a existência de indicadores de que seu ágio poderia estar registrado por valor acima do seu valor recuperável.

Em 2021, com base nesta avaliação realizada pela Administração, não foi identificada necessidade da constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos em questão.

c. Movimentação do custo

Controladora	2021					
	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas	Acervo incorporado	Transferências	Saldo em 31.12.2021
Marcas e Patentes	1.167	513	(3)	-	-	1.677
Software (i)	9.747	2.467	-	-	5.927	18.141
Cessão de uso	-	-	-	-	-	-
Cadeia de fornecimento	-	-	-	3.223	-	3.223
Carteira de clientes	-	-	-	5.635	-	5.635
Ágio na aquisição da Tilápia	-	-	-	15.323	-	15.323
	10.914	2.980	(3)	24.181	5.927	43.999

Controladora	2020			
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2020
Marcas e patentes	689	478	-	1.167
Software	9.649	98	-	9.747
Cessão de uso	540	-	(540)	-
	10.878	576	(540)	10.914

d. Movimentação da amortização

Controladora	2021			
	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2021
Marcas e patentes	(464)	(118)	-	(582)
Software	(8.124)	(1.328)	-	(9.452)
Cessão de uso	-	-	-	-
Cadeia de fornecimento	-	(376)	-	(376)
Carteira de clientes	-	(657)	-	(657)
	(8.588)	(2.479)	-	(11.067)

Controladora	2020			
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2020
Marcas e patentes	(388)	(76)	-	(464)
Software	(6.855)	(1.269)	-	(8.124)
Cessão de uso	(106)	(11)	117	-
	<u>(7.349)</u>	<u>(1.356)</u>	<u>117</u>	<u>(8.588)</u>

e. Revisão das vidas úteis

Ao final do exercício de 2021, o Grupo revisou a estimativa das vidas úteis dos ativos intangíveis e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

18 Débito com cooperados e não cooperados

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Estoque a fixar (i)	257.633	202.376	257.633	202.376
Estoque a fixar consumido (ii)	656.280	273.413	656.280	273.413
Contas a pagar	95.094	122.978	95.094	122.978
Adiantamento de associados	86.893	42.355	86.893	42.355
Outros valores a pagar	7.018	6.225	7.018	6.225
	<u>1.102.918</u>	<u>647.347</u>	<u>1.102.918</u>	<u>647.347</u>

(i) Refere-se a produtos recebidos de associados com preço a fixar que foram registrados contabilmente em conta própria de estoque, individualizada, tendo contrapartida registrada em conta de ativo, mensurados ao valor justo, conforme descrito na nota explicativa 13.

(ii) A conta refere-se à provisão para fixação relativa aos produtos agrícolas entregues pelos produtores rurais, que foram comercializados ou consumidos em processo de industrialização, e que ainda não tiveram preço de negociação definido ou fixado. Essa obrigação está valorizada ao preço de mercado na data de encerramento das demonstrações financeiras e a Cooperativa monitora sua exposição pela variação dos preços das *commodities*, firmando contratos de compra e venda com preços definidos junto a produtores e fornecedores de grãos.

19 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores – mercado interno	526.152	404.364	531.847	410.322
Fornecedores – mercado externo	15.710	38.407	15.710	38.407
	<u>541.862</u>	<u>442.771</u>	<u>547.557</u>	<u>448.729</u>
Circulante	515.123	417.546	516.514	418.658
Não circulante	26.739	25.225	31.043	30.071

20 Empréstimos e financiamentos

a. Abertura por modalidade

	Taxas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Capital de giro	3,80% - 14,18%	2.040.005	1.463.210	2.040.088	1.463.418
Prodecoop	5,50% - 8,75%	416.960	416.273	416.960	416.273
Investimentos	2,50% - 8,50%	253.052	275.285	253.052	275.285
Operações em M.E	1,55% - 2,90%	335.001	95.079	335.001	95.079
Cotas-parte	6,50%	-	2.389	-	2.389
		<u>3.045.018</u>	<u>2.252.236</u>	<u>3.045.101</u>	<u>2.252.444</u>
Circulante		2.170.313	1.478.380	2.170.396	1.478.505
Não circulante		874.705	773.856	874.705	773.939

b. Movimentação dos empréstimos

	Saldo em 31.12.2020	Captações	Pagamento de principal e juros	Apropriação de juros	Varição cambial	Saldo em 31.12.2021
Capital de giro	1.463.210	1.785.500	(1.306.801)	95.238	2.858	2.040.005
Prodecoop	416.273	61.065	(93.121)	32.743	-	416.960
Investimentos	275.285	20.549	(57.255)	14.473	-	253.052
Operações em M.E	95.079	271.309	(44.894)	2.394	11.113	335.001
Cotas-parte	2.389	-	(2.445)	56	-	-
	<u>2.252.236</u>	<u>2.138.423</u>	<u>(1.504.516)</u>	<u>144.904</u>	<u>13.971</u>	<u>3.045.018</u>
	Saldo em 31.12.2019	Captações	Pagamento de principal e juros	Apropriação de juros	Varição cambial	Saldo em 31.12.2020
Capital de giro	1.089.838	1.671.200	(1.363.018)	65.821	(631)	1.463.210
Prodecoop	364.637	120.630	(95.524)	26.530	-	416.273
Investimentos	306.557	22.681	(68.948)	14.995	-	275.285
Operações em M.E	34.454	91.637	(35.704)	1.673	3.019	95.079
Cotas-parte	4.773	-	(2.596)	212	-	2.389
	<u>1.800.259</u>	<u>1.906.148</u>	<u>(1.565.790)</u>	<u>109.231</u>	<u>2.388</u>	<u>2.252.236</u>

c. Abertura por vencimento

Em 31 de dezembro, as parcelas relativas ao passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
2022	-	227.687	-	227.770
2023	398.622	160.471	398.622	160.471
2024	140.769	108.397	140.769	108.397
2025	106.387	94.284	106.387	94.284
Após 2025	<u>228.927</u>	<u>183.017</u>	<u>228.927</u>	<u>183.017</u>
	<u>874.705</u>	<u>773.856</u>	<u>874.705</u>	<u>773.939</u>

d. Compromissos (“convenants”)

Em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa possui contratos com cláusula contratual restritiva (*convenants*), conforme segue:

Agente financeiro	Modalidade	Emissão	Valor captado (em milhares Reais)	Vencimento	Covenants
Santander	CPRF	04/03/2020	BRL 10.000	02/03/2025	(a) e (b)
Santander	CPRF	22/10/2020	BRL 70.000	21/10/2025	(a), (c) e (d)
Rabobank	CCB	22/09/2020	BRL 71.165	25/09/2025	(a), (c) e (e)

- a) Índice de liquidez corrente: igual ou superior a 1,10;
- b) Caixa mínimo de R\$ 250.000;
- c) Índice dívida líquida / EBITDA: igual ou inferior a 4,0;
- d) Caixa mínimo de R\$ 400.000;
- e) Índice de solvência: igual ou maior que 0,25.

O não cumprimento dos indicadores acima implicará em considerar os empréstimos antecipadamente vencidos.

e. Garantias

Como parte dos requerimentos necessários para a realização de determinadas operações de crédito, o Grupo fornece garantias baseadas em imóveis de propriedade da Cooperativa, avais e penhor de produtos e insumos, conforme descrito abaixo:

	Saldo devedor 2021	Aval da diretoria	Hipoteca e penhor de imóveis	Penhor de produtos e insumos
Capital de giro	2.040.005	2.040.005	-	344.000
Investimentos / Prodecoop	670.012	670.012	1.557.237	9.165
Operações M.E.	335.001	335.001	-	-
	<u>3.045.018</u>	<u>3.045.018</u>	<u>1.557.237</u>	<u>353.165</u>

21 Obrigações sociais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
INSS	11.501	9.243	11.616	9.349
ICMS	5.896	5.204	5.896	5.204
FGTS	3.153	2.567	3.189	2.600
IRRF	2.821	2.130	2.867	2.168
PIS e COFINS	614	419	676	495
IRPJ	-	-	1	14
Outros	758	430	770	452
	<u>24.743</u>	<u>19.993</u>	<u>25.015</u>	<u>20.282</u>

22 Obrigações com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Provisão para férias	46.505	32.761	46.715	32.955
Programa de participação nos resultados	25.917	17.910	25.990	18.004
Salários e ordenados	24.018	16.860	24.019	16.861
Outros	408	335	408	335
	<u>96.848</u>	<u>67.866</u>	<u>97.132</u>	<u>68.155</u>

23 Outros débitos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Quotas partes a pagar	5.427	7.651	5.427	7.651
Adiantamento de clientes	33.907	21.400	33.907	21.400
Provisões diversas	6.821	5.501	6.821	5.501
Outros	32.738	20.401	32.740	20.403
	<u>78.893</u>	<u>54.953</u>	<u>78.895</u>	<u>54.955</u>
Circulante	73.094	50.051	73.095	50.053
Não circulante	5.799	4.902	5.800	4.902

24 Partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2021, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, foram realizados conforme os termos e as condições acordados entre as partes, os quais poderiam ser diferentes caso fossem realizados com terceiros, não relacionados à Cooperativa, e estão apresentados a seguir.

(i) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração é composto pelo Conselho de Administração e Diretoria para um mandato de 04 (quatro) anos, e o Conselho Fiscal para um mandato de 01 (um) ano, designados mediante aprovação dos sócios da Cooperativa, na Assembleia Geral Ordinária.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 2.888 (R\$ 2.726 em 2020). A Cooperativa não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

(ii) Outras transações com partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos com partes relacionadas estão compostos da seguinte forma:

	Controladora			
	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber	4.062	5.897	-	-
Copfrio	380	500	-	-
Constel	3.445	4.746	-	-
Outros (i)	237	651	-	-
Contas a pagar	(1.996)	(2.515)	(7.768)	(6.419)
Copfrio	(66)	(50)	(2.920)	(2.303)
Constel	-	-	(4.848)	(4.116)
Tilápia Pisces	-	(198)	-	-
Outros (i)	(1.930)	(2.267)	-	-

- (i) Refere-se à transações realizadas com membros da administração na qualidade de associados da Cooperativa.

25 Provisões para contingências

O Grupo é envolvido em processos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários onde discute essas questões tanto na esfera judicial quanto administrativa. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pelo Grupo, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

Abaixo está representado os passivos contingentes de riscos considerados prováveis:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Trabalhista (i)	6.686	8.122	6.686	8.122
Cível	11.086	650	11.185	749
Civil pública (ii)	10.228	10.228	10.228	10.228
Honorários advocatícios	5.258	5.258	5.258	5.258
Depósitos judiciais	(4.731)	-	(4.731)	-
	<u>28.527</u>	<u>24.258</u>	<u>28.626</u>	<u>24.357</u>

- (i) A natureza das ações trabalhistas, consiste principalmente em reclamações de ex-empregados vinculados a disputas sobre o montante pago em demissões;
- (ii) Refere-se a ação interposta pelo Ministério Público do Trabalho por exceder os limites de horas de trabalho e intervalos de jornada determinado por lei.

Existem outros processos cíveis, trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante total de R\$ 29.463 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 19.985 em 2020), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

26 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social foram calculadas com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. A aplicação de tais alíquotas leva em consideração o regime tributário de lucro real da Cooperativa. A despesa de imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	408.711	362.238	409.095	362.791
Adições permanentes				
(+) Provisões ou perdas estimadas não dedutíveis	30.182	23.440	30.182	23.443
(+) Outras adições	-	-	943	1.147
Exclusões permanentes				
(-) Reversões ou uso de perdas estimadas não dedutíveis	(38.543)	(21.218)	(38.743)	(21.215)
(-) Resultado com associados	(359.631)	(319.109)	(359.631)	(319.109)
(=) Base de cálculo CSLL	40.719	45.351	41.846	47.057
Juros sobre o capital próprio	(6.734)	-	(6.734)	-
(=) Base de cálculo IRPJ	33.985	45.351	35.112	47.057
Base para IRPJ adicional	33.745	45.111	34.872	46.516
IRPJ (15%) e adicional (10%)	8.472	11.314	8.754	11.710
CSLL (9%)	3.665	4.082	3.766	4.235
Total do IRPJ e CSLL	<u>12.137</u>	<u>15.395</u>	<u>12.520</u>	<u>15.945</u>
Taxa efetiva	2,97%	4,25%	3,06%	4,40%

27 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital social está representado da seguinte forma:

	Controladora	
	2021	2020
Total do capital integralizado	128.557	115.834
Número de quotas-partes	128.556.843	115.833.868
Valor unitário das quotas	1,00	1,00
Número de associados	6.711	6.271

Neste exercício foram atribuídos juros sobre o capital social equivalente a 6% ao ano, calculados proporcionalmente ao valor do capital social integralizado até 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 6.734.

De acordo com o Art. 19 do Estatuto Social, cumpre ao Conselho de Administração elaborar a tabela básica de capital para identificar a quantidade de quotas-partes a serem subscritas pelo associado, a qual determina o valor mínimo de acordo com a atividade por ele exercida, a proporcionalidade da operação, bem como a forma de integralização.

No ano de 2021 foram integralizados no capital social dos associados, um montante de R\$ 17 (57 em 2020), provenientes de integralização de capital de novos cooperados.

Para efeito de aumento de capital, conforme determina o Art. 21 do Estatuto Social, serão retidos até 3% do valor bruto da produção comercializada pelo associado, até 31 de dezembro de 2021 o montante retido foi de R\$ 19.188 (R\$ 17.385 em 2020).

A cooperativa restituirá parte do capital social conforme determina o Art. 29 do Estatuto Social para o associado que completar 20 ou mais anos de filiação na proporção:

- de 20% do valor de suas quotas-parte aquele que se enquadrar na faixa etária de 55 a 59 anos de idade;
- de 40% do valor de suas quotas-parte aquele que se enquadrar na faixa etária de 60 a 64 anos de idade;
- de 60% do valor de suas quotas-parte aquele que se enquadrar na faixa etária de 65 a 69 anos de idade;
- da totalidade de suas quotas-parte ao associado que completar 70 anos de idade, e posteriormente, a cada novo ciclo de 5 anos, obrigando-se a preservar sempre o valor mínimo exigido para admissão na Cooperativa.

Em 31 de dezembro de 2021 foram restituídos o montante de R\$ 1.282 (R\$ 1.358 em 2020) referente à demissão, exclusão e eliminação e R\$ 5.200 (R\$ 4.482 em 2020) referente à cooperados com mais de 55 anos.

b. Reservas e destinações

De acordo com os Art. 86 e 88 do Estatuto Social as destinações dos resultados serão feitas de acordo com sua natureza sendo:

(i) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é calculada da seguinte maneira:

- a. 10% das sobras apuradas no exercício;
- b. Resultados decorrentes da participação em sociedades não cooperativas;
- c. Resultados de operações com terceiros;
- d. Créditos de terceiros não reclamados, decorridos um ano.

(ii) Reserva legal

A reserva legal é calculada da seguinte maneira:

- a. 20% das sobras apuradas no exercício;
- b. Créditos de associados não reclamados, decorridos um ano;
- c. Capital a restituir não reclamado após dois anos de desligamento do associado;
- d. Auxílios e doações sem destinações específicas.

(iii) Reserva de desenvolvimento

De acordo com o estatuto da Cooperativa, a reserva de desenvolvimento é calculado em 25% das sobras apuradas no exercício.

(iv) Sobras a disposição da Assembleia Geral Ordinária – AGO

Os 45% remanescentes, serão distribuídos, após o referendo da Assembleia Geral Ordinária, entre os associados, proporcionalmente ao valor das operações por eles efetuadas no período com a Cooperativa.

As sobras referente a 2020 no valor de R\$ 79.814 foram liquidadas em 2021. As destinações legais em 31 de dezembro de 2021 se deram da seguinte forma:

	2021		
	Associados	Terceiros	Total
Sobra e lucro líquido do exercício	359.631	36.943	396.574
Reserva de capital	(96.205)	(13.025)	(109.230)
Constituição de reserva especial	(41.251)	(1.624)	(42.875)
Juros sobre o capital próprio	-	(6.734)	(6.734)
Resultado de equivalência patrimonial	(831)	(113)	(944)
Sobras Cotriguaçu / Frimesa	(2.192)	(297)	(2.489)
Saldo antes das destinações	219.152	15.150	234.302
FATES - resultado com terceiros	-	(15.150)	(15.150)
FATES (10%)	(21.915)	-	(21.915)
Reserva legal (20%)	(43.830)	-	(43.830)
Reserva de desenvolvimento (25%)	(54.788)	-	(54.788)
Sobras a disposição da AGO	<u>98.619</u>	<u>-</u>	<u>98.619</u>

c. Reserva especial

De acordo com Art. 90 do Estatuto Social, a Assembleia Geral poderá criar outras reservas, inclusive rotativas, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

Tendo em vista os bons resultados apresentados pela atividade avícola, suínica e de piscicultura, optou-se pela criação de uma reserva especial, a qual poderá ser revertida futuramente para amortizar possíveis resultados negativos apresentado pelas atividades.

A reserva especial está representada da seguinte forma:

Discriminação	Aves	Suínos	Peixes	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	122.259	14.019	10.000	146.278
Constituição de reserva em 2021	-	27.622	10.000	37.622
Correção das reservas	<u>4.072</u>	<u>848</u>	<u>333</u>	<u>5253</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>126.331</u>	<u>42.489</u>	<u>20.333</u>	<u>189.153</u>

d. Reserva de capital

Instituída pela Lei Estadual 13.212/2001 (Lei Brandão), refere-se a créditos presumido de ICMS que visa igualar as condições tributárias das indústrias de carnes instaladas no Paraná com os demais Estados do país.

A evolução da reserva de capital refere-se a Lei Brandão nº 13.212/2001 que equipara as condições tributárias das indústrias de carnes instaladas no Paraná com os demais Estados do país e ao programa Paraná Competitivo criado pelo Governo do Estado do Paraná através do Decreto n.º 6.434/2017, que autoriza o diferimento do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações de fornecimento de energia elétrica. O montante incentivado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 109.230 (R\$ 124.114 em 2020).

e. Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial estão representados da seguinte forma:

	Controladora	
	2021	2020
Terrenos	66.420	66.420
Edificações	26.744	29.365
Veículos	-	-
	93.164	95.785

f. Contabilidade de hedge

Compreende a parcela efetiva da variação líquida acumulada no valor justo dos instrumentos de *hedge* utilizados em *hedge* de fluxo de caixa, até que seja reconhecido no resultado ou diretamente incluído no custo inicial ou outro valor contábil de um ativo ou passivo não financeiro. Em 31 de dezembro de 2021 a variação líquida acumulada no valor justo dos instrumentos de *hedge* foi de R\$ 17.033 (R\$ 4.451 em 2020), fazendo com que o saldo destas transações nesta data seja de R\$ 19.147 (R\$ 2.114 em 2020).

28 Ingressos e receitas operacional líquidas

	Cooperados	Não cooperados	Controladora		Consolidado	
			2021	2020	2021	2020
Vendas mercado interno	4.286.415	892.206	5.178.621	3.543.113	5.179.390	3.536.995
Vendas mercado externo	2.668.027	41.448	2.709.475	2.147.454	2.709.475	2.147.454
Receita com prestação de serviços	89	2.213	2.302	3.305	16.381	15.403
Ingressos e receita bruta	6.954.531	935.867	7.890.398	5.693.872	7.905.246	5.699.852
(-) Impostos sobre vendas	(227.575)	(30.813)	(258.388)	(201.404)	(259.909)	(202.736)
(-) Devoluções e abatimentos	(115.438)	(14.459)	(129.897)	(77.547)	(130.085)	(77.547)
(-) Descontos incondicionais	(65.716)	(4.358)	(70.074)	(46.555)	(70.074)	(46.555)
Total ingressos e receita líquida	6.545.802	886.237	7.432.039	5.368.366	7.445.178	5.373.014

29 Dispendios e custos das vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Matéria-prima	5.064.249	3.155.826	5.064.249	3.155.826
Subcontratação Unitá	132.690	365.854	132.690	365.854
Depreciação e amortização	150.281	133.479	150.678	133.796
Depreciação direito de uso	37.636	-	37.636	-
Exaustão de reflorestamento	5.059	2.978	5.059	2.978
Salários e ordenados	230.312	151.379	230.312	151.379
Terceirização de pessoal	7.943	3.859	7.943	3.859
Manutenção e reparos	80.513	58.257	80.659	58.411
Energia elétrica	74.431	48.436	75.077	49.119
Material de uso e consumo	39.009	22.870	39.009	22.870
Vale transporte	45.087	24.112	45.087	24.112
Vale alimentação	37.051	23.039	37.051	23.039
INSS	45.823	26.326	45.823	26.326
FGTS	24.330	15.281	24.330	15.281
Combustíveis e lubrificantes	20.638	14.051	20.638	14.051
Provisão de férias	29.023	17.998	29.023	17.998
Provisão de 13º salário	19.872	12.727	19.872	12.727
Outros custos	71.935	46.507	76.815	44.068
	<u>6.115.882</u>	<u>4.122.979</u>	<u>6.121.951</u>	<u>4.121.694</u>

30 Dispendios e despesas comerciais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fretes	381.145	323.270	381.147	323.273
Acordos e descontos	37.270	17.357	37.270	17.357
Despesas portuárias de exportação	32.652	30.615	32.652	30.615
Pedágio nacional	8.242	7.958	8.244	7.959
Comissões e bonificações	11.388	8.158	11.388	8.158
Outras	3.458	5.722	3.458	5.722
	<u>474.155</u>	<u>393.080</u>	<u>474.239</u>	<u>393.163</u>

31 Dispendios e despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Provisões diversas	24.666	95.040	24.666	95.040
Depreciação e amortização	41.465	32.230	43.271	33.569
Depreciação direito de uso	4.472	-	4.472	-
Consultoria e assistência técnica	37.434	23.825	37.434	23.825
Material de uso e consumo	15.011	14.219	15.034	14.230
Armazenagem	2.793	10.199	2.793	10.199
Publicidade e propaganda	7.392	9.540	7.392	9.540
Energia elétrica	10.300	8.586	10.714	8.942
Combustíveis e lubrificantes	12.697	8.332	12.715	8.338
Manutenção e reparos	20.464	4.995	20.652	5.186
Aluguéis e arrendamentos	1.932	4.326	1.941	4.334
Fretes	8.888	3.882	8.889	3.882
Outras	11.002	15.681	11.075	16.323
	<u>198.516</u>	<u>230.855</u>	<u>201.048</u>	<u>233.408</u>

32 Dispendios e despesas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Salários e ordenados	77.708	72.151	79.110	73.479
Terceirização de pessoal	22.823	23.541	22.823	23.541
Vale alimentação	12.853	11.441	12.932	11.517
INSS	20.214	20.114	20.701	20.538
FGTS	10.586	10.020	10.743	10.148
Programa de participação nos resultados	25.917	17.910	25.990	18.003
Provisão de férias	12.599	11.353	12.800	11.508
Provisão de 13º salário	8.631	8.059	8.768	8.174
Indenizações trabalhistas	3.520	4.045	3.520	4.045
Outros	621	511	846	661
	<u>195.472</u>	<u>179.145</u>	<u>198.233</u>	<u>181.614</u>

33 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Varição cambial ativa	215.541	175.206	215.541	175.206
Rendimento de aplicações	44.430	21.807	44.519	21.852
Juros e descontos recebidos	19.228	15.483	19.234	15.549
Varição monetária ativa	3.605	5.890	3.605	5.894
	<u>282.804</u>	<u>218.386</u>	<u>282.899</u>	<u>218.501</u>

Juros sobre financiamentos	(144.905)	(109.231)	(144.905)	(109.231)
Varição cambial passiva	(234.644)	(208.478)	(234.644)	(208.479)
Juros e descontos concedidos	(60.127)	(49.431)	(60.223)	(49.559)
Varição monetária passiva	(3.620)	(9.321)	(3.620)	(9.321)
Juros de direito de uso	(19.725)	-	(19.725)	-
Outras	(14.962)	(12.119)	(14.977)	(12.132)
	<u>(477.983)</u>	<u>(388.580)</u>	<u>(478.094)</u>	<u>(388.722)</u>

34 Demonstração de sobras ou perdas por negócio (Lei n.º 5.764/71)

Atendendo ao disposto na Lei n.º 5.764/71 e NBC ITG/CFC n.º 2004 Entidade Cooperativa, apresentamos as sobras e perdas apuradas em 31 de dezembro de 2021, demonstradas segregadamente por atividades desenvolvidas pela cooperativa, conforme segue:

	Demonstração de sobras ou perdas								
	Carnes	Peixe	Cereais/ Insumos	Supermercados	Revenda	Nutrição Animal	Suínos	Leite	Total
Receita líquida	4.161.883	340.303	1.967.953	196.296	107.205	308.510	319.038	30.851	7.432.039
(-) Custos e instrumentos financeiros	3.462.898	240.414	1.679.220	155.123	83.612	259.385	278.242	26.364	6.185.258
Sobra e lucro bruto	<u>698.985</u>	<u>99.889</u>	<u>288.733</u>	<u>41.173</u>	<u>23.593</u>	<u>49.125</u>	<u>40.796</u>	<u>4.487</u>	<u>1.246.781</u>
(-) Despesas e outras receitas	464.139	37.958	83.623	27.985	13.867	27.391	-3.767	3.832	655.028
(-) Resultado financeiro	85.644	4.536	97.674	918	787	1.871	3.749	-	195.179
Resultado líquido	<u>149.202</u>	<u>57.395</u>	<u>107.436</u>	<u>12.270</u>	<u>8.939</u>	<u>19.863</u>	<u>40.814</u>	<u>655</u>	<u>396.574</u>

35 Arrendamentos a pagar

A Cooperativa arrenda imóveis, planta industrial e terras para plantação de eucalipto. Os pagamentos de arrendamento são reajustados individualmente e de acordo com cada contrato, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Os pagamentos relacionados aos contratos de arrendamento de terras são pagos em sacas de soja, e desta forma, acompanham às oscilações nos preços de *commodities*.

Anteriormente, os arrendamentos de máquinas e equipamentos, imóveis e veículo eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1).

Os contratos de baixo valor ou de curto prazo enquadrados na isenção da norma representados, substancialmente, por locação de equipamentos, barracões, empilhadeiras, entre outros. A Cooperativa optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos, e nem os contratos cujo prazo é inferior a 12 meses.

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi a seguinte:

Ativos de direito de uso	Terras	Imóveis	Planta Industrial	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	76.626	-	-	76.626
Adições (i)	43.056	22.222	418.696	483.974
Depreciação	(10.008)	(4.472)	(37.636)	(52.116)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>109.674</u>	<u>17.750</u>	<u>381.060</u>	<u>508.484</u>

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	76.626
Adições (i)	483.974
Pagamentos	(50.089)
Juros reconhecidos	19.725
Encargos financeiros a apropriar	(10.008)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	520.228
Circulante	32.605
Não circulante	487.623

- (i) As adições mais significativas no ano referem-se ao contrato de arrendamento firmado com a Unitá Cooperativa Central (“Unitá”), que até abril de 2021 realizava prestação de serviço de abate para a Cooperativa. A partir de maio de 2021, a Cooperativa arrendou a planta industrial, passando a ser responsável pelo processo de abate.

36 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento dos riscos:

Visão geral

A Cooperativa possui exposição para os seguintes riscos: de crédito, de liquidez e de mercado resultantes de instrumentos financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Cooperativa para cada um dos riscos acima, os objetivos da Cooperativa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do patrimônio da Cooperativa.

b. Estrutura de gerenciamento dos riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Cooperativa pretende cobrir (por exemplo: câmbio, taxa de juros e preço das *commodities*).

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Cooperativa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Cooperativa. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Cooperativa.

A Cooperativa segue o gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

Nos termos dessa gestão, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira, mediante exame e revisão de informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo procedimentos e práticas a ele aplicadas. Nas condições de sua gestão de riscos, a Cooperativa administra alguns dos riscos através da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e vendas a descoberto.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir. Não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas.

Em 31 de dezembro 2021	Controladora				Consolidado			
	Custo amortizado	Instrumentos financeiros (VRJ)	Instrumentos financeiros (VJORA)	Total contábil	Custo amortizado	Instrumentos financeiros (VRJ)	Instrumentos financeiros (VJORA)	Total contábil
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	786.459	-	-	786.459	788.605	-	0	788.605
Aplicações financeiras	495.202	-	-	495.202	495.202	-	0	495.202
Contas a receber	928.682	-	-	928.682	928.828	-	0	928.828
Instrumentos financeiros derivativos	-	61.503	30.044	91.547	-	61.503	30.044	91.547
Outros créditos a receber	99.241	-	-	99.241	99.479	-	-	99.479
	<u>2.309.584</u>	<u>61.503</u>	<u>30.044</u>	<u>2.401.131</u>	<u>2.312.114</u>	<u>61.503</u>	<u>30.044</u>	<u>1.908.459</u>
Passivos financeiros								
Débito cooperados e não cooperados	446.638	656.280	-	1.102.918	446.638	656.280	-	1.102.918
Fornecedores	541.862	-	-	541.862	547.557	-	-	547.557
Empréstimos e financiamentos	3.045.018	-	-	3.045.018	3.045.101	-	-	3.045.101
Instrumentos financeiros derivativos	-	107.489	10.897	118.386	-	107.489	10.897	118.386
	<u>4.033.518</u>	<u>763.769</u>	<u>10.897</u>	<u>4.808.184</u>	<u>4.039.296</u>	<u>763.769</u>	<u>10.897</u>	<u>4.813.962</u>

Em 31 de dezembro 2020	Controladora				Consolidado			
	Custo amortizado	Instrumentos financeiros (VRJ)	Instrumentos financeiros (VJORA)	Total contábil	Custo amortizado	Instrumentos financeiros (VRJ)	Instrumentos financeiros (VJORA)	Total contábil
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	824.590	-	-	824.590	826.788	-	-	826.788
Aplicações financeiras	238.892	-	-	238.892	238.892	-	-	238.892
Contas a receber	646.164	-	-	646.164	646.069	-	-	646.069
Instrumentos financeiros derivativos	-	163.995	5.265	169.260	-	163.995	5.265	169.260
Outros créditos a receber	66.008	-	-	66.008	66.353	-	-	66.353
	<u>1.775.654</u>	<u>163.995</u>	<u>5.265</u>	<u>1.944.914</u>	<u>1.778.102</u>	<u>163.995</u>	<u>5.265</u>	<u>1.947.362</u>
Passivos financeiros								
Débito cooperados e não cooperados	373.934	273.413	-	647.347	373.934	273.413	-	647.347
Fornecedores	442.771	-	-	442.771	448.729	-	-	448.729
Empréstimos e financiamentos	2.252.236	-	-	2.252.236	2.252.444	-	-	2.252.444
Instrumentos financeiros derivativos	-	181.067	3.151	184.218	-	181.067	3.151	184.218
	<u>3.068.941</u>	<u>454.480</u>	<u>3.151</u>	<u>3.526.572</u>	<u>3.075.107</u>	<u>454.480</u>	<u>3.151</u>	<u>3.532.738</u>

As operações estão sujeitas aos fatores de riscos, descritos a seguir:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Cooperativa incorrer em perdas decorrentes de inadimplência de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A exposição da Cooperativa a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Cooperativa considera a distribuição geográfica dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito.

A Cooperativa estabeleceu uma política de crédito, na qual novos clientes são analisados individualmente quanto à sua condição financeira antes da Cooperativa apresentar sua proposta de limite de crédito e os termos de pagamento. A revisão efetuada pela Cooperativa inclui ratings externos, quando disponíveis, e referências bancárias.

Para mitigar esses riscos, a Cooperativa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente, e representam o montante máximo de exposição. Os limites são revistos periodicamente. Clientes que não atenderem às condições de crédito estabelecidas pela Cooperativa, somente são atendidos na medida em que realizarem a antecipação do pagamento.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são analisados de acordo com suas características de crédito, incluindo se estes são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são industriais, atacadistas,

revendedores ou clientes finais, a área geográfica, o ramo de atividade e a existência de dificuldades financeiras no passado. Clientes que são considerados como “risco alto” são monitorados, e vendas são realizadas somente com pagamento antecipado.

A política de vendas da Cooperativa considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas "contas a receber".

A política de crédito da Cooperativa com o associado considera o nível de risco que está disposta a se sujeitar nas relações negociais próprias, utilizando de premissas e diretrizes na análise de concessão do crédito. O processo leva em conta os antecedentes, a capacidade, o comprometimento do patrimônio, o oferecimento de garantias reais e o grau de exposição ao risco. A gestão de crédito considera o grau de endividamento do associado, mitigando dessa forma o risco de inadimplência.

No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, a Cooperativa tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e de baixo risco avaliadas por agências de rating e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Cooperativa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cooperativa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Cooperativa.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Tipicamente, a Cooperativa garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com dispêndios e despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de mercado

(i) *Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado (tais como as taxas de câmbio, preços de commodities e taxas de juros), têm nos ganhos da Cooperativa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Cooperativa opera com instrumentos financeiros derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

As oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos ingressos e receitas e nos dispêndios, despesas e custos da Cooperativa. Para mitigar esses riscos, a Cooperativa monitora

permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

(ii) *Risco com taxa de juros*

O risco associado é oriundo da possibilidade da Cooperativa incorrer em ganhos e/ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros e que aumentem os dispêndios e despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Cooperativa monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas, buscando diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações com instrumentos financeiros derivativos para travar o custo financeiro das operações.

(iii) *Risco com taxa de câmbio*

A Cooperativa está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional da Cooperativa, o Real (R\$). A moeda nas quais estas transações são denominadas é principalmente o Dólar (USD).

Em geral, a Cooperativa protege (*hedge*) sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação a vendas e compras previstas para os próximos doze meses. A Cooperativa também protege as contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, denominadas em moeda estrangeira, quando existentes. A Cooperativa utiliza contratos de mercado futuro para proteger seu risco de moeda, sendo a maioria com vencimento de menos de um ano da data das demonstrações financeiras.

A Cooperativa tem compromissos de compras, bem como parte do ingresso e da receita de vendas de commodities com preços que variam de acordo com oscilações de moeda estrangeira. Em complemento a este *hedge* natural, a Cooperativa contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio.

(iv) *Risco de variações de preços de commodities*

A Cooperativa possui saldos e transações indexados ao preço das commodities, em especial da soja, milho e trigo, expondo estes ativos e passivos às flutuações no preço das commodities, conforme demonstrado no quadro de sensibilidade.

A Cooperativa possui contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse risco. Adicionalmente, a Cooperativa monitora continuamente a sua exposição frente ao preço das commodities com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de novas operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade desses preços.

(v) *Risco de estrutura de capital (risco financeiro)*

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Cooperativa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Cooperativa monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

Instrumentos financeiros derivativos

A Cooperativa tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos exclusivamente com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos.

A Administração da Cooperativa mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos. O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Cooperativa foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos mensalmente considerando o valor justo (mercado) desses instrumentos. A provisão para as perdas ou ganhos não realizadas é reconhecida na conta "instrumentos derivativos", no balanço patrimonial e as contrapartidas no resultado, exceto as operações classificadas como instrumentos de *hedge* utilizados em *hedge* de fluxo de caixa que possuem as contrapartidas no patrimônio líquido, conforme nota explicativa 27f.

Os contratos futuros relacionados com moeda estrangeira são contratados com o objetivo principal de proteger vendas futuras em moeda estrangeira não apresentando, portanto, riscos que possam gerar prejuízos materiais para a Cooperativa.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições financeiras de primeira linha, no Brasil e no exterior.

No quadro abaixo, demonstramos as origens e classificações dos saldos nas demonstrações financeiras:

Ativo	2021						
	Soja	Milho	Trigo	Farelo / Óleo soja	Carnes	Moeda	Total
Compra e venda futura de <i>commodities</i> (i)	7.906	-	931	547	-	-	9.384
<i>Non Deliverable Forward</i> – NDF (ii)	-	-	-	-	-	14.889	14.889
Trava cambial	-	-	-	-	-	4.617	4.617
<i>Swap</i> (iii)	-	-	-	-	-	621	621
Opções (iv)	24.732	-	-	11.342	-	18.791	54.865
Futuro	6.939	-	-	49	-	183	7.171
	<u>39.577</u>	<u>-</u>	<u>931</u>	<u>11.938</u>	<u>-</u>	<u>39.101</u>	<u>91.547</u>
Passivo							
Compra e venda futura de <i>commodities</i> (i)	170	-	313	140	-	-	623
<i>Non Deliverable Forward</i> - NDF(ii)	-	-	-	-	-	4.334	4.334
Opções (iv)	17.204	-	-	10.857	-	15.077	43.138
<i>Swap</i> (iii)	-	-	-	-	-	4.861	4.861
Trava cambial	-	-	-	-	-	279	279
Futuro	295	1.744	1.212	987	-	-	4.238
Arrendamento a pagar (v)	60.913	-	-	-	-	-	60.913
	<u>78.582</u>	<u>1.744</u>	<u>1.525</u>	<u>11.984</u>	<u>-</u>	<u>24.551</u>	<u>118.386</u>
Circulante							57.473
Não circulante							60.913

(i) *Contratos a termo de Commodities*

Os valores classificados como contratos de *commodities* referem-se ao valor justo de operações de compra e venda futura de *commodities* através de contrato junto aos associados, clientes e instituições financeiras.

Os valores justos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações, trazidas a valor presente.

A chamada de margem é uma equalização financeira exigida pelas bolsas de valores em operações que envolvem risco, com o objetivo de manter o bom funcionamento do mercado.

(ii) *NDFs*

Os valores classificados como contratos a termo cambiais referem-se ao valor justo de operações de NDF (*Non Deliverable Forwards*) de câmbio para proteção das exposições. Os valores justos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações, trazidas a valor presente.

A Cooperativa realiza operações de instrumento financeiro *Non Deliverable Forward* - NDF, que se constitui em um acordo entre a Cooperativa e o banco, de compra e/ou venda de uma quantidade determinada de moeda estrangeira em uma data futura, por uma taxa pré-definida. Não há desembolso de caixa no início da operação e no vencimento a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa de liquidação efetiva da moeda (definida no início da operação). O principal objetivo é oferecer uma trava de taxa futura de câmbio do contas a pagar ou a receber em moeda estrangeira no futuro. A diferença entre a taxa contratada e as cotações da moeda é ajustada diariamente por desembolsos ou reembolsos de caixa, reconhecidos no resultado financeiro. Não há entrega física de moeda.

(iii) *Swap*

As operações de *swap* são contratadas apenas como proteção do endividamento em moeda estrangeira, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira. Não há desembolso de caixa no início da operação e, no vencimento, a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa efetiva da moeda.

Em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa detinha operações de *swap*, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	USD	R\$	Indexador ativo	Indexador passivo	MTM
<i>Swap</i> a termo	5.800	30.589	1,55%	100% CDI+1,35%	494
<i>Swap</i> a termo	7.380	40.000	2,65%	100% CDI+2,25%	126
<i>Swap</i> a termo	9.268	50.000	2,90%	100% CDI+2,50%	(258)
<i>Swap</i> a termo	-	70.000	5,43%	160% CDI	(1.812)
<i>Swap</i> a termo	-	60.000	12,59%	100% CDI+1,25%	(155)
<i>Swap</i> a termo	17.794	100.000	2,11%	100% CDI+1,19%	(1.293)
<i>Swap</i> a termo	9.000	50.720	2,34%	100% CDI+1,70%	(1.342)
					(4.240)

(iv) *Opções*

As operações de opções são contratadas como proteção para a variação no preço das *commodities*. Os valores justos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações, trazidas a valor presente.

(v) *Arrendamento a pagar*

Refere-se à variação de preço de contratos de arrendamento de terras a pagar com sacas de soja. O valor é atualizado mensalmente com base no preço de mercado ao final de cada mês.

c. Análise de sensibilidade

A Cooperativa apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variações cambiais e de variação de preço das *commodities* a que está exposta, considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros, tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2021.

Exposição ao câmbio

A Cooperativa possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2021 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário I, a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras, para o cenário II, esta taxa foi reduzida em 10%, e para o cenário III, foi aumentada em 10%.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra o efeito da variação cambial no resultado futuro:

Posição	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Instrumentos financeiros derivativos - NDF / travas cambiais	14.893	16.382	13.404
Clientes exportação	(1.763)	(1.939)	(1.587)
Fornecedores importação	311	342	280
Dívida em moeda estrangeira – Swap	(4.240)	(4.664)	(3.816)
Posição líquida	<u>9.201</u>	<u>10.121</u>	<u>8.281</u>

Exposição à variação do preço das commodities

A Cooperativa possui saldos atrelados à cotação dos valores das commodities no balanço de 31 de dezembro de 2021 e para fins de análise de sensibilidade, adotou cotações vigentes em datas próximas à da divulgação das referidas demonstrações financeiras como cenário I. Para o cenário II, estas cotações foram reduzidas em 10% e, para o cenário III, foram aumentadas em 10%.

Com tais considerações, o quadro abaixo demonstra o efeito da variação do preço das commodities no resultado futuro:

Posição	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Soja	7.736	8.510	6.962
Trigo	618	680	557
Óleo / Farelo	407	448	366
Posição líquida	<u>8.761</u>	<u>9.638</u>	<u>7.885</u>

37 Transações não envolvendo caixa

Em agosto de 2020 a Cooperativa adquiriu 100% das quotas representativas do capital social da Tilápia Písces Produtos da Aquicultura Ltda. Posteriormente, em janeiro de 2021 foi aprovada sua incorporação conforme nota explicativa 3. Considerando a incorporação realizada, houve a baixa do saldo de investimento no montante de R\$ 62.701, aumento de imobilizado no valor de R\$ 36.976 e aumento de intangível de R\$ 24.181 os quais não impactaram as demonstrações de fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

38 Cobertura de seguros

A política de seguros considera principalmente a concentração de riscos e sua relevância e os seguros são contratados por valores considerados suficientes pela Administração, considerando a natureza das atividades desenvolvidas pelo Grupo.

39 COVID-19

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus (“COVID-19”) foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma “Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional”.

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. O segmento agronegócio foi pouco impactado pela pandemia, bem como, o segmento projeta um aumento da área plantada e produção para a próxima safra, o que mitiga um cenário de redução de receitas no curto e médio prazo.

A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Cooperativa, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os seus impactos nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras nenhuma medida relevante foi necessária.



Valter Pitol
Diretor-presidente
CPF 132.955.860-04



James Fernando de Moraes
Diretor vice-presidente
CPF 451.271.159-72



Silvério Constantino
Diretor secretário
CPF/553.725.469-72



Marcos Messandro da Silva
Superintendente Administrativo / Financeiro
CPF 911.367.419-68



Solange Aparecida dos Santos Kosinski
Contadora CRC/PR 051.975/O-9
CPF 016.326.149-01

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros do Conselho Fiscal da COPACOL – Cooperativa Agroindustrial Consolata, examinamos as demonstrações contábeis e as notas explicativas sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, baseados em nossos trabalhos e no da Auditoria Externa e seu parecer, nos esclarecimentos prestados pelos Diretores, Superintendentes, Auditoria Interna, bem como nos relatórios a nós apresentados e nos acompanhamentos realizados por este Conselho durante todo o exercício, somos de parecer que as demonstrações contábeis refletem a posição da cooperativa naquela data.

Portanto, recomendamos à Assembleia Geral Ordinária a sua aprovação.

Cafelândia, 14 de janeiro de 2022.



Anderson Zuck



Elder Candido Gabriel



Osni Oenning



Adail Malagutti



Batista Torre



Celio Baldussi

Copacol

